

RELATÓRIO DECOM 2023

LEGISLAÇÃO

DADOS DE INVESTIGAÇÕES ORIGINAIS

DADOS DE REVISÕES DE FINAL DE PERÍODO

DADOS DE AVALIAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

DADOS DE APOIO AO EXPORTADOR

DADOS DE PROJETOS CONCLUÍDOS

DADOS DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E NEGOCIAÇÕES

FICHA TÉCNICA

Autoridades

Geraldo Alckmin

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Tatiana Prazeres

Secretária de Comércio Exterior – SECEX

Rafaela Teixeira Vieira Noman

Diretora de Defesa Comercial – DECOM

Redação e Organização

Ana Carolina Meneghetti Peres

Frank Henrique Pedrosa Carvalho

Zahra Faheina Gadelha

RELATÓRIO DECOM Nº 27 – 2023

O RELATÓRIO DECOM é uma publicação do Departamento de Defesa Comercial (DECOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900.

Tel: (61) 2027-7770 e 2027-7345 - E-mail: decom@mdic.gov.br

O RELATÓRIO DECOM está disponível em <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico>

As informações publicadas no RELATÓRIO DECOM podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

ESTRUTURA E ENDEREÇOS

DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL

Diretora: Rafaela Teixeira Vieira Noman

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 408 - Brasília – DF - CEP 70053-900

E-mail: decom@mdic.gov.br

Tel.: (61) 2027-7770

CGSC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Coordenadora-Geral: Amanda da Silva Fonseca Serra

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 415 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7998

CGSA - COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING, SALVAGUARDAS E APOIO AO EXPORTADOR

Coordenador-Geral: Márcio Mota Fernandes Hissa

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 421 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-9306

CGMC – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Coordenador-Geral: Daniel Fernandes Raphanelli

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 417 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7613

CGAN – COORDENAÇÃO-GERAL DE ANTIDUMPING, NORMAS E NEGOCIAÇÕES

Coordenadora-Geral: Zahra Faheina Gadelha

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 413 - Brasília – DF - CEP 70053-900

Tel.: (61) 2027-7693

Sumário

Índice de Tabelas	5
Índice de Figuras.....	5
Apresentação	6
Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público.....	7
Competências em matéria de defesa comercial e interesse público	7
Legislação geral	7
Legislação sobre dumping.....	8
Legislação sobre subsídios	8
Legislação sobre salvaguardas.....	8
Legislação sobre interesse público	9
Capítulo II – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público	10
Capítulo III – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições	27
Capítulo V – Outros projetos concluídos	32
Publicação de nova portaria para disciplinar as avaliações de interesse público	32
Capítulo VI – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais.....	34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2023)	11
Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais).....	12
Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais(dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões).....	13
Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões)	14
Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2023)	17
Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2023)	18
Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2023	20
Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2023)	21
Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2023.....	24
Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2023	24
Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2023	25
Tabela 12 - Verificações "in loco" no exterior em 2023.....	26
Tabela 14 - Casos em curso contra exportações brasileiras com atuação do DECOM em 2023	27
Tabela 15 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras em 31/12/2023	28

Índice de Figuras

Figura 1 - Normativos de Defesa Comercial e Interesse Público	10
Figura 2 - Investigações originais: petições recebidas, investigações iniciadas e medidas aplicadas	12
Figura 3 - Decisão final das investigações originais	13
Figura 4 - Revisões de final de período: petições recebidas e medidas prorrogadas.....	14
Figura 5 - Decisão final nas revisões de final de período	15
Figura 6 - Impacto das decisões primárias de interesse público nas medidas de defesa comercial	17
Figura 7 - Decisões de defesa comercial e de interesse público	17
Figura 8 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022) .	15
Figura 9 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2022)	16
Figura 10 - Investigações iniciadas contra Práticas Desleais e Salvaguardas por Segmento Econômico (1988 – 2022)	22
Figura 11 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico(1988 – 2021) .	23

Apresentação

Este é o 27º Relatório elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial – DECOM¹ da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC.

O Relatório SDCOM 2023 busca fornecer à sociedade um quadro completo sobre as ações realizadas ao longo do ano pelo DECOM, além de informações relativas ao histórico consolidado de suas atividades.

O Relatório traz informações claras e precisas sobre defesa comercial e interesse público no Brasil, incluindo o quantitativo de processos conduzidos, de ações de apoio aos exportadores brasileiros que foram alvo de investigações no exterior e, ainda, da participação da Subsecretaria em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais nos quais se discutem e negociam as regras aplicáveis.

Mais uma vez, portanto, os atores do comércio exterior brasileiro podem contar com uma fonte atualizada de pesquisa sobre a defesa comercial no Brasil, e o DECOM espera que as informações disponibilizadas sejam de interesse e utilidade para os especialistas na área, para estudantes e para o público em geral.

¹ Com a entrada em vigor do Decreto nº 11.340, de 1º de janeiro de 2023, a antiga “Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público” passou a receber a designação de “Departamento de Defesa Comercial”.

Capítulo I – Legislação Brasileira de Defesa Comercial e Interesse Público

Competências em matéria de defesa comercial e interesse público

- Lei Nº 9.019, de 30.03.1995 (D.O.U. 31.03.1995), modificada pelo artigo 53 da Medida Provisória Nº 2.113, de 2011 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.
- Decreto Nº 11.427, de 02.03.2023 (D.O.U. 03.03.2023): Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Legislação geral

- Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 19.12.1994) – Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.
- Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 – Promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do GATT (novas versões do Acordo Antidumping, do Acordo sobre Subsídios e Direitos Compensatórios e do Acordo sobre Salvaguardas).
- Lei Nº 9.019, de 30.03.1995 (D.O.U. 31.03.1995), modificada pelo artigo 53 da Medida Provisória Nº 2.113, de 2011 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.
- LEI Nº 12.546 de 14.12.2011 (D.O.U. de 15.12.11) – Dispõe sobre a relação entre as investigações de defesa comercial e as regras de origem não preferenciais.
- Lei Nº 12.995, de 18.06.2014: Artigos 17, 18 e 19 (D.O.U. 20.06.2014) – Dispõe sobre o uso de meio eletrônico, a incorporação de documentos elaborados em idioma estrangeiro aos autos e a contagem de prazos nas investigações de defesa comercial.
- Decreto Nº 9.107, de 26.07.2017 (D.O.U. de 27.07.2017) – Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial.
- Portaria Secex Nº 162, de 6 de janeiro de 2022 (D.O.U. de 07/01/2022) - Dispõe sobre as normas gerais utilizadas nos processos de defesa comercial previstos nos Decretos nº 1.488, de 11 de maio de 1995, nº 8.058, de 26 de julho de 2013, nº 9.107, de 26 de julho de 2017 e nº 10.839, de 18 de outubro de 2021, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.

Legislação sobre dumping

- Acordo Antidumping, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 8.058, de 26.07.2013 (D.O.U. de 29.07.2013) - Regulamenta os procedimentos relativos à aplicação de medidas antidumping.
- PORTARIA SECEX Nº 171, de 09.02.2022 (D.O.U. de 10.02.2022) - Dispõe sobre as normas referentes a investigações antidumping previstas no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013

Legislação sobre subsídios

- Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 10.839, de 18.10.2021 (D.O.U. 19.10.2021) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias.
- PORTARIA SECEX Nº 172, de 14.02.2022 (D.O.U. 15.02.2022) – Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 10.839, de 2021.

Legislação sobre salvaguardas

- Acordo sobre Salvaguardas, conforme aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 30, de 15.12.1994 (D.O.U. de 15.12.1994) e promulgado pelo Decreto Nº 1.355, de 30.12.1994 (D.O.U. 31.12.1994).
- DECRETO Nº 1.488, de 11.05.1995 (D.O.U. de 12.05.1995) - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.
- DECRETO Nº 1.936, de 20.06.1996 (D.O.U. de 21.06.1996) - Altera dispositivos do Decreto Nº 1.488, de 1995, definindo que as medidas de salvaguarda serão aplicadas como elevação do imposto de importação.
- DECRETO Nº 2.667, de 10.07.1998 (D.O.U. de 13.07.1998) – Dispõe sobre o Regulamento Relativo à Aplicação de Medidas de Salvaguarda às Importações Provenientes de Países Não - Membros do Mercosul.
- PORTARIA SECEX Nº 169, de 25.01.2022 (D.O.U. de 26.01.2022) – Dispõe sobre as normas específicas dos procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.

Legislação sobre interesse público

- PORTARIA SECEX Nº 282, de 16.11.2023 (D.O.U de 17.11.2023) – Disciplina os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas antidumping e compensatórias.
- Art. 3.1 do Acordo sobre Salvaguardas
- Art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26/07/2013 - Disciplina as situações em que a medida antidumping poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.
- Art. 4º do Decreto nº 10.839, de 19/10/2021 - Disciplina as situações em que a medida compensatória poderá ser suspensa, não aplicada ou aplicada em valor diferente do recomendado por razões de Interesse Público.

Capítulo II – Estatísticas Detalhadas de Defesa Comercial e Interesse Público

Devido à extensão do histórico da Defesa Comercial no Brasil alguns dados são fornecidos em arquivo apartado. O formato de apresentação, em tabela do Excel, permite a utilização de filtros e realização de consultas de forma mais prática. No arquivo auxiliar, constam os anexos a seguir:

- Anexo 1 - Histórico das Investigações Antidumping por Produto e País (1988 - 2023)
- Anexo 2- Histórico das Investigações de Medidas Compensatórias (1988 – 2023)
- Anexo 3 - Histórico das Investigações de Salvaguardas (1988 - 2023)
- Anexo 4 – Histórico das investigações de Salvaguardas Preferenciais (1988 – 2023)²
- Anexo 5 – Medidas de Defesa Comercial em Vigor em 31/12/2023
- Anexo 6 - Histórico das Avaliações de Interesse Público (1995 – 2023)

As tabelas e gráficos abaixo apresentam o histórico das ações de defesa comercial ao longo dos anos e demonstram, entre outros itens, o histórico das petições analisadas, investigações originais e revisões de final de período conduzidas pelo DECOM, medidas de defesa comercial aplicadas por país e verificações *in loco* executadas.

² Observe-se que as salvaguardas preferenciais são apresentadas em quadro separado das salvaguardas gerais pois enquanto a base normativa das salvaguardas gerais é o artigo XIX do GATT e o Acordo de Salvaguardas da OMC, as salvaguardas preferenciais são baseadas em acordos comerciais firmados pelo Brasil.

Tabela 1 - Histórico das Petições (dumping, subsídios e salvaguardas) Analisadas (2005-2023)

Ano	Petições			Investigações iniciadas			Indeferidas			Retiradas			Em análise		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
2005	49	0	2	15	0	1	10	0	1	24	0	0	N/A		
2006	35	2	13	21	1	0	3	1	1	11	0	12			
2007	28	1	2	18	0	1	8	0	0	2	1	1			
2008	37	0	1	22	0	0	11	0	1	4	0	0			
2009	46	1	1	28	0	1	16	0	0	2	1	0			
2010	53	3	2	40	0	0	5	1	0	8	2	2			
2011	119	3	5	49	3	1	18	0	2	52	0	2			
2012	69	3	1	46	3	0	7	0	0	16	0	1			
2013	71	0	1	45	0	0	8	0	0	18	0	1			
2014	55	1	0	44	1	0	5	0	0	6	0	0			
2015	47	0	0	43	0	0	0	0	0	4	0	0			
2016	29	1	0	25	1	0	0	0	0	4	0	0			
2017	25	1	0	12	1	0	10	0	0	3	0	0			
2018	59	0	0	43	0	0	10	0	0	6	0	0			
2019	54	0	1	46	0	1	6	0	0	2	0	0			
2020	40	4	0	29	3	0	10	1	0	1	0	0			
2021	39	0	0	29	0	0	10	0	0	0	0	0			
2022	27	1	0	21	1	0	3	0	0	3	0	0			
2023	33	1	0	10	0	0	0	1	0	10	0	0	13	0	0
TOTAL	915	22	29	586	14	5	136	4	5	176	4	19	13	0	0
Total geral	996			605			143			199			13		

D Dumping

S Subsídios

SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

* Em 2015, foram iniciadas 2 investigações de ofício, por meio da inclusão de nova origem no contexto de 2 petições recebidas. Por essa razão, o número de petições recebidas no citado ano é inferior ao somatório dos totais de investigações iniciadas, petições indeferidas e petições retiradas em 2015.

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem não apenas investigações originais, como também revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere ao destino das petições protocoladas em cada ano, independentemente de o início da investigação, indeferimento ou retirada da petição acontecerem no mesmo ano do seu protocolo.

Nota explicativa 3: A coluna “em análise” registra apenas quantas petições ainda se encontram em análise em 31 de dezembro do último ano da série histórica.

Tabela 2 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente investigações originais)

Ano	Início			Determinação preliminar			Direito Provisório			CONCLUSÃO											
										Medida Definitiva											
										Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação de direito E compromisso de preço			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	9	2	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
1992	8	2	0	6	2	0	6	2	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	0	1	0
1993	28	2	0	11	0	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0
1994	9	7	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	21	2	0
1995	5	0	0	2	6	0	2	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	8	1	0
1996	17	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	3	1	0
1997	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	5	0	0
1998	20	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	8	0	0
1999	18	0	0	9	0	0	9	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	0
2000	8	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	8	0	0
2001	17	1	1	1	0	0	0	0	0	4	0	0	7	0	0	2	0	0	7	0	0
2002	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	12	1	0
2003	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0
2004	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	0	0	0	6	0	0
2005	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0
2006	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0
2007	13	1	0	7	0	0	5	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	2	0	0
2008	23	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	9	1	0	2	0	0	2	0	0
2009	9	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	6	0	1
2010	37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	3	0	0
2011	16	3	0	13	0	0	12	0	0	0	0	0	10	0	0	3	0	0	14	0	0
2012	47	1	1	3	0	0	3	0	0	0	0	0	13	0	0	1	0	0	17	3	1
2013	54	2	0	7	0	0	6	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	13	0	0
2014	35	1	0	56	0	0	20	0	0	0	0	0	29	0	0	3	0	0	9	3	0
2015	23	0	0	17	1	0	4	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0	0	24	0	0
2016	11	1	0	14	0	0	4	0	0	0	0	0	13	1	0	0	0	0	4	0	0
2017	7	1	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	7	0	0	3	0	0	1	0	0
2018	7	0	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	9	1	0	0	0	0	0	0	0
2019	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	0	0	0	0	1	0	0
2020	9	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1
2021	11	2	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	5	0	0
2022	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	0	5	2	0	0	0	0	2	0	0
2023	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	1	0
Total	504	28	5	211	11	1	113	8	1	6	0	0	277	15	2	14	0	0	201	13	3
Total Geral	537			223			122			6			294			14			217		

Tabela 3 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (somente revisões)

Ano	Início			Determinação preliminar			CONCLUSÃO											
							Medida Definitiva											
							Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação de direito e compromisso de preço			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1992	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1993	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1994	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1997	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1998	2	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0
1999	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
2000	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
2002	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	11	0	1	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	1	0	0
2004	5	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	1	0	0
2005	7	0	0	2	0	0	2	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	11	0	1	2	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0
2007	5	0	0	1	0	0	1	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	5	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0
2009	9	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0
2010	3	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	1	0	0
2011	6	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0
2012	16	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0
2013	11	0	0	1	0	0	1	0	0	12	0	0	0	0	0	7	0	0
2014	9	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	1	0	0
2015	15	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	0
2016	12	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	2	0	0
2017	10	0	0	2	0	0	0	0	0	6	0	0	2	0	0	1	0	0
2018	33	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	2	0	0
2019	35	0	0	3	0	0	0	0	0	26	0	0	0	0	0	7	0	0
2020	25	1	0	7	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	3	0	0
2021	24	0	0	0	0	0	0	0	0	34	1	0	0	0	0	5	0	0
2022	15	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	8	0	0
2023	16	0	0	1	0	0	0	0	0	14	0	0	1	0	0	4	0	0
Total	303	1	4	21	0	0	4	0	0	231	1	4	3	0	0	53	0	0
Total Geral	308			21			4			236			3			53		

D Dumping
S Subsídios
SG Salvaguardas (globais e/ou bilaterais)

Nota explicativa 1: As estatísticas de dumping (D), subsídios (S) e salvaguardas (SG) incluem apenas as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Nota explicativa 2: O quadro se refere, a cada ano, ao número de (i) determinações preliminares, (ii) direitos provisórios, (iii) compromissos de preço, (iv) direitos aplicados ou (v) investigações terminadas sem direito aplicado ocorridos naquele ano, independentemente do ano em que a revisão correspondente foi iniciada.

Tabela 4 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas (investigações originais e revisões)

Ano	Início			Determinação preliminar			Direito Provisório			CONCLUSÃO											
										Medida Definitiva											
										Compromisso de Preço			Com Aplicação de direito			Com aplicação e compromisso			Sem Aplicação de direito		
	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG	D	S	SG
1988	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991	9	2	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
1992	8	2	0	6	2	0	6	2	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	0	1	0
1993	28	2	0	11	0	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0
1994	10	7	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	21	2	0
1995	5	0	0	2	6	0	2	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	8	1	0
1996	17	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	4	1	0
1997	15	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	5	0	0
1998	22	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	9	0	0
1999	18	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	2	0	0
2000	10	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	8	0	0
2001	18	1	1	1	0	0	0	0	0	4	0	0	10	0	0	2	0	0	7	0	0
2002	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0	0	12	1	0
2003	17	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	1	0	0	0	5	0	0
2004	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1	0	0	0	0	7	0	0
2005	13	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	3	0	0
2006	23	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	6	0	0
2007	18	1	0	8	0	0	5	0	0	1	0	0	19	0	0	0	0	0	2	0	0
2008	28	0	1	9	0	0	9	0	0	0	0	0	13	1	0	2	0	0	3	0	0
2009	18	0	1	7	0	0	7	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	9	0	1
2010	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	1	0	0	0	4	0	0
2011	22	3	0	13	0	0	12	0	0	0	0	0	13	0	0	3	0	0	15	0	0
2012	63	1	1	3	0	0	3	0	0	0	0	0	17	0	0	1	0	0	18	3	1
2013	65	2	0	8	0	0	6	0	0	1	0	0	42	0	0	0	0	0	20	0	0
2014	44	1	0	56	0	0	20	0	0	0	0	0	39	0	0	3	0	0	10	3	0
2015	38	0	0	18	1	0	4	0	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0	25	0	0
2016	23	1	0	14	0	0	4	0	0	0	0	0	28	1	0	0	0	0	6	0	0
2017	17	1	0	10	1	0	3	0	0	0	0	0	13	0	0	5	0	0	2	0	0
2018	40	0	0	8	1	0	3	0	0	0	0	0	17	1	0	0	0	0	2	0	0
2019	36	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	32	1	0	0	0	0	8	0	0
2020	34	1	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	5	0	1
2021	35	2	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	38	1	0	0	0	0	10	0	0
2022	15	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	0	21	2	0	0	0	0	10	0	0
2023	23	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	1	0	0	5	1	0
Total	807	29	9	232	11	1	113	8	1	10	0	0	508	16	6	17	0	0	254	13	3
Total Geral	845			244			122			10			530			17			270		

Figura 1 - Início de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2023)

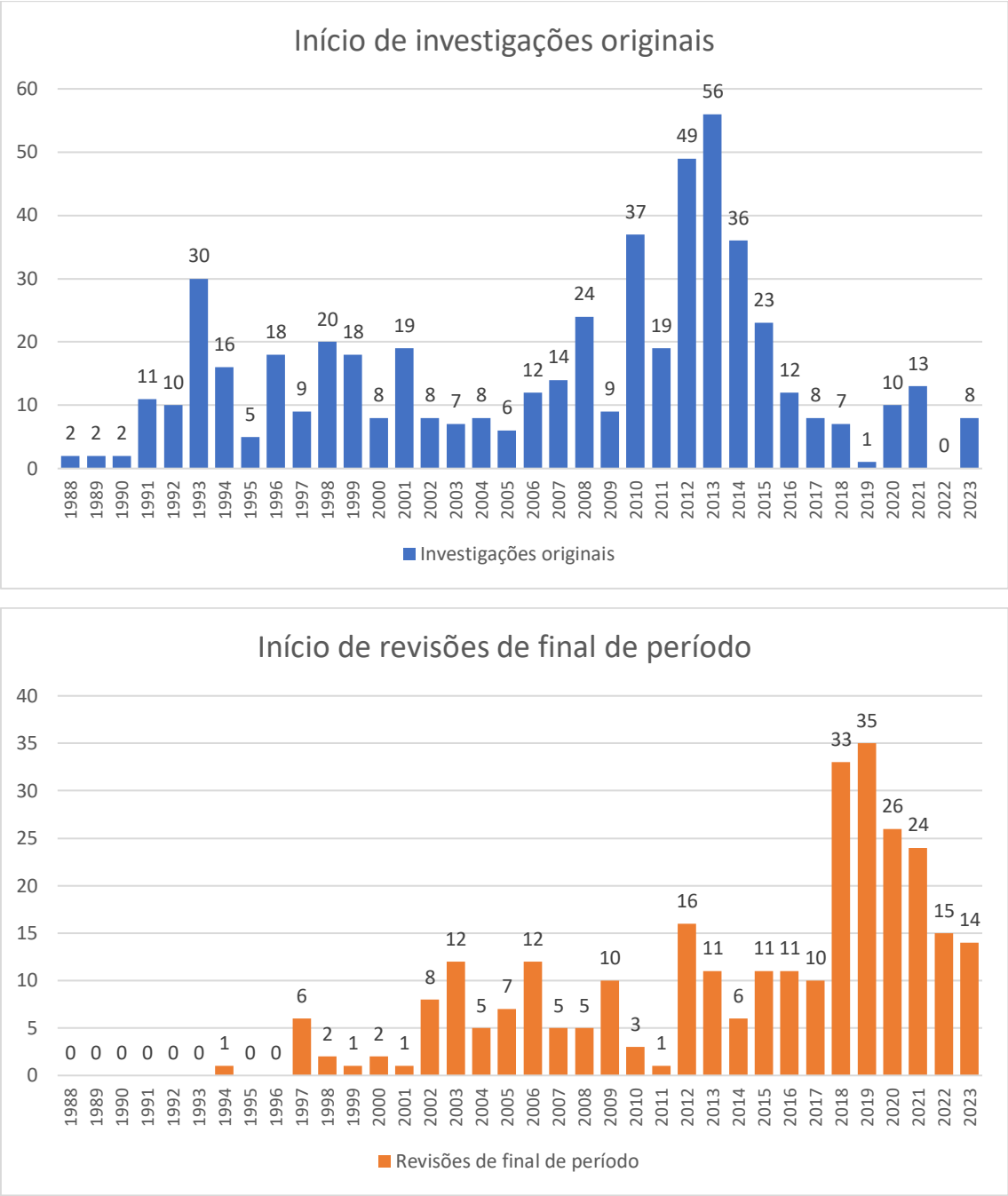


Figura 2 - Encerramento de investigações contra Práticas Desleais (dumping e subsídios) e Salvaguardas (1988 – 2023)

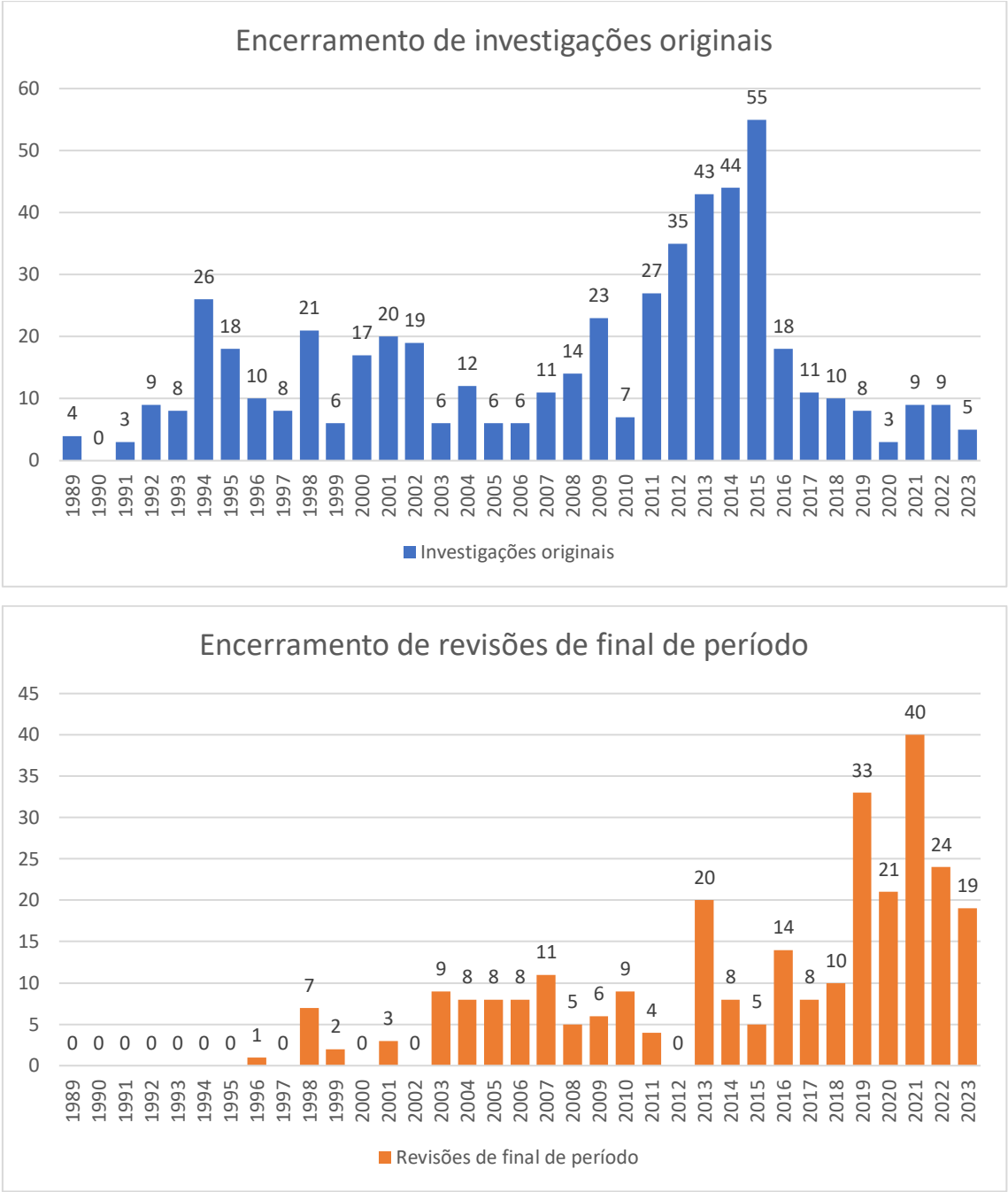


Tabela 5 - Medidas definitivas (dumping, subsídios e salvaguardas) aplicadas (1988-2023)

Ano	Dumping			Subsídios	Salvaguardas	Total
	Direitos aplicados	Compromisso de preços	Direito e compromisso			
1988	0	0	0	0	0	0
1989	4	0	0	0	0	4
1990	0	0	0	0	0	0
1991	0	2	0	1	0	3
1992	7	0	0	1	0	8
1993	5	0	0	0	0	5
1994	3	0	0	0	0	3
1995	3	0	0	6	0	9
1996	6	0	0	0	0	6
1997	2	0	0	0	1	3
1998	19	0	0	0	0	19
1999	5	0	0	0	1	6
2000	9	0	0	0	0	9
2001	10	4	2	0	0	16
2002	5	0	0	0	1	6
2003	9	0	0	0	1	10
2004	12	0	0	1	0	13
2005	9	2	0	0	0	11
2006	7	0	0	0	1	8
2007	19	1	0	0	0	20
2008	13	0	2	1	0	16
2009	19	0	0	0	0	19
2010	11	0	0	0	1	12
2011	13	0	3	0	0	16
2012	13	0	1	0	0	14
2013	42	1	0	0	0	43
2014	36	0	3	0	0	39
2015	35	0	0	0	0	35
2016	27	0	0	1	0	28
2017	12	0	5	0	0	17
2018	17	0	0	1	0	18
2019	32	0	0	1	0	33
2020	18	0	0	0	0	18
2021	38	0	0	1	0	39
2022	21	0	0	2	0	23
2023	17	0	1	0	0	18
Total	498	10	17	16	6	547

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 6 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por país (1988-2023)

Origem	Dumping		Salvaguarda	Subsídios	Total Geral
	Original	Revisão final de período			
África do Sul	8	7	0	0	15
Alemanha	13	8	0	0	21
Arábia Saudita	1	0	0	0	1
Argentina	6	3	0	0	9
Áustria	2	0	0	0	2
Bangladesh	2	5	0	0	7
Bareine	1	0	0	0	1
Bélgica	2	2	0	0	4
Bósnia	1	0	0	0	1
Canadá	3	1	0	0	4
Casaquistão	2	1	0	0	3
Chile	3	4	0	0	7
China	77	86	0	2	165
Cingapura	1	0	0	0	1
Colômbia	1	0	0	0	1
Coreia do Sul	13	6	0	0	19
Costa do Marfim	0	0	0	1	1
Croácia	1	0	0	0	1
Dinamarca	1	0	0	0	1
Egito	2	2	0	0	4
Emirados Árabes Unidos	4	3	0	0	7
Eslovênia	1	0	0	0	1
Espanha	2	2	0	0	4
EUA	29	23	0	0	52
Filipinas	0	0	0	1	1
Finlândia	4	2	0	0	6
França	8	4	0	0	12
Grécia	1	0	0	0	1
Holanda	1	1	0	0	2
Hong Kong	1	0	0	0	1
Hungria	1	0	0	0	1
Índia	15	10	0	5	30
Indonésia	4	1	0	2	7
Israel	2	0	0	0	2
Itália	4	2	0	0	6
Iugoslávia	1	0	0	0	1
Japão	2	2	0	0	4
Macedônia	1	0	0	0	1
Malásia	2	0	0	2	4
México	11	11	0	0	22
Nova Zelândia	1	2	0	0	3

Países Baixos	1	0	0	0	1
Peru	1	0	0	0	1
Reino Unido	3	4	0	0	7
Romênia	2	5	0	0	7
Rússia	10	6	0	0	16
Sri Lanka	0	0	0	2	2
Suécia	2	1	0	0	3
Tailândia	11	4	0	0	15
Taiapé Chinês	12	6	0	0	18
Tchecoslováquia	1	0	0	0	1
Todos	0	0	6	0	6
Turquia	1	1	0	0	2
Ucrânia	5	3	0	0	8
União Europeia	5	6	0	1	12
URSS	1	0	0	0	1
Uruguai	2	1	0	0	3
Venezuela	1	1	0	0	2
Vietnã	4	2	0	0	6
Total Geral	297	228	6	16	547

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 7 - Medidas definitivas aplicadas contra práticas desleais (dumping e subsídios), por origem, em vigor em 31/12/2023

Origem	Dumping		Subsídios	Total Geral
	Original	Revisão final de período		
África do Sul	0	4	0	4
Alemanha	1	5	0	6
Bangladesh	0	1	0	1
Bareine	1	0	0	1
Bélgica	0	1	0	1
Canadá	0	1	0	1
Chile	0	1	0	1
China	3	42	1	46
Colômbia	1	0	0	1
Coreia do Sul	1	5	0	6
Egito	0	2	0	2
Emirados Árabes Unidos	0	3	0	3
EUA	1	10	0	11
França	2	2	0	4
Holanda	0	1	0	1
Índia	2	4	2	8
Indonésia	0	0	1	1
Israel	1	0	0	1
Itália	0	2	0	2
Japão	0	1	0	1
Malásia	1	0	0	1
México	1	5	0	6
Peru	1	0	0	1
Reino Unido	0	2	0	2
Romênia	0	1	0	1
Rússia	2	3	0	5
Tailândia	2	3	0	5
Taipe Chinês	0	6	0	6
Turquia	0	1	0	1
Ucrânia	0	2	0	2
União Europeia	0	1	0	1
Vietnã	1	2	0	3
Total Geral	21	111	4	136

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 8 - Investigações contra práticas desleais (dumping e subsídios) e salvaguardas por segmento econômico (1988-2023)

Nº	Segmento	Investigações Iniciadas	Participação no Total de Investigações	Medidas e Compromissos de Preços em Vigor	Participação no Total de Medidas em Vigor
I	Animais vivos e produtos do reino animal	14	1,7%	0	0,0%
II	Produtos do reino vegetal	22	2,7%	1	0,7%
III	Gorduras e óleos animais ou vegetais	0	0,0%	0	0,0%
IV	Produtos alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e tabaco	14	1,7%	4	2,9%
V	Produtos minerais	12	1,5%	0	0,0%
VI	Produtos químicos	164	19,8%	34	25,0%
VII	Plásticos e borrachas	217	26,1%	38	27,9%
VIII	Peles, couros e artigos de viagem	0	0,0%	0	0,0%
IX	Madeira, carvão vegetal e cortiça	1	0,1%	0	0,0%
X	Polpa de madeira, papel ou cartão	30	3,6%	1	0,7%
XI	Têxteis	57	6,9%	7	5,1%
XII	Calçados, guarda-chuvas, flores artificiais	3	0,4%	1	0,7%
XIII	Pedra, cimento, cerâmica, vidros	45	5,4%	11	8,1%
XIV	Pérolas e metais preciosos	0	0,0%	0	0,0%
XV	Metais comuns	184	22,2%	31	22,8%
XVI	Máquinas e aparelhos	29	3,5%	2	1,5%
XVII	Material de transporte	4	0,5%	0	0,0%
XVIII	Instrumentos óticos, relógios e instrumentos musicais	9	1,1%	1	0,7%
XIX	Armas e munições	0	0,0%	0	0,0%

XX	Mercadorias e produtos diversos	25	3,0%	5	3,7%
XXI	Obras de arte e antiguidades	0	0,0%	0	0,0%
Total		808	100,0%	136	100,0%

Nota Explicativa 1: Não foram consideradas na tabela os números relacionados às medidas antidumping estendidas como resultado de revisões anticircunvenção, previstas nos incisos I e III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Nota explicativa 2: As coluna Investigações iniciadas inclui investigações originais e as revisões relacionadas a medidas antidumping, medidas compensatórias e medidas de salvaguardas em vigor, previstas nos correspondentes regulamentos brasileiros de defesa comercial. Essas estatísticas não incluem outros procedimentos, como avaliações de escopo ou redeterminações, uma vez que tais procedimentos não consistem em revisões de medidas em vigor.

Figura 3 - Investigações iniciadas contra Práticas Desleais e Salvaguardas por Segmento Econômico (1988 – 2023)

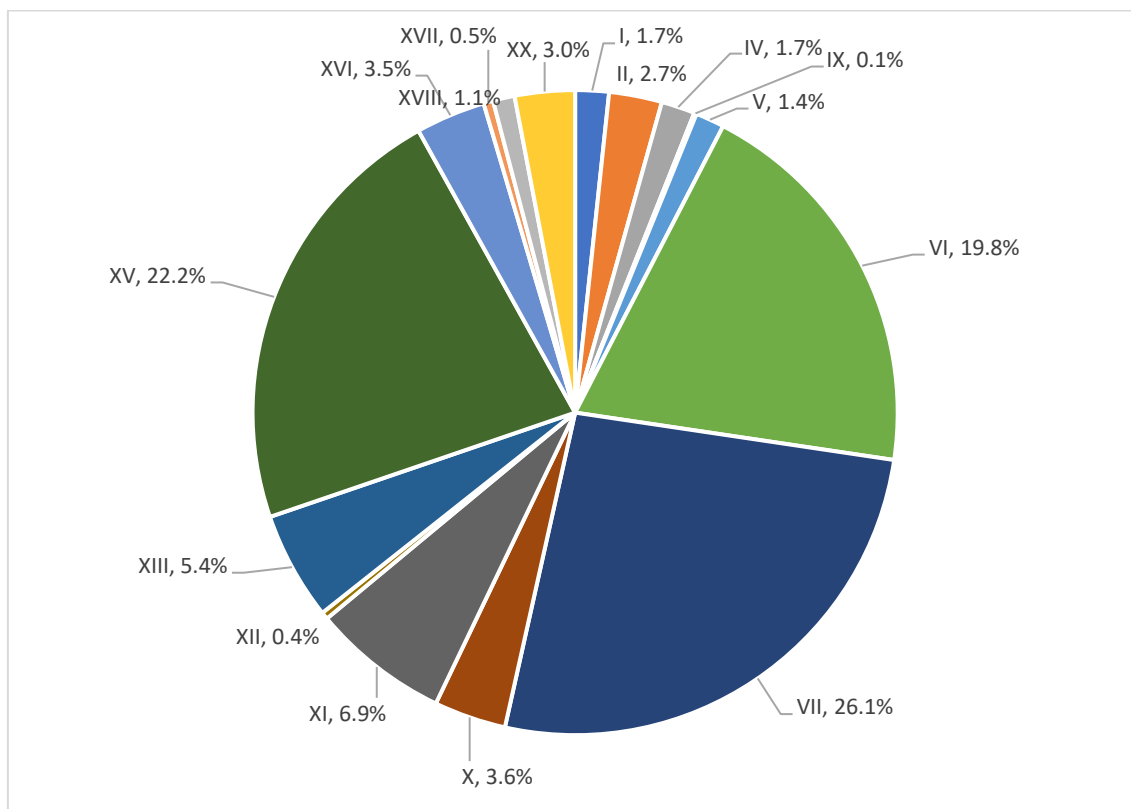


Figura 4 - Medidas aplicadas contra práticas desleais e salvaguardas por segmento econômico (1988 – 2023)

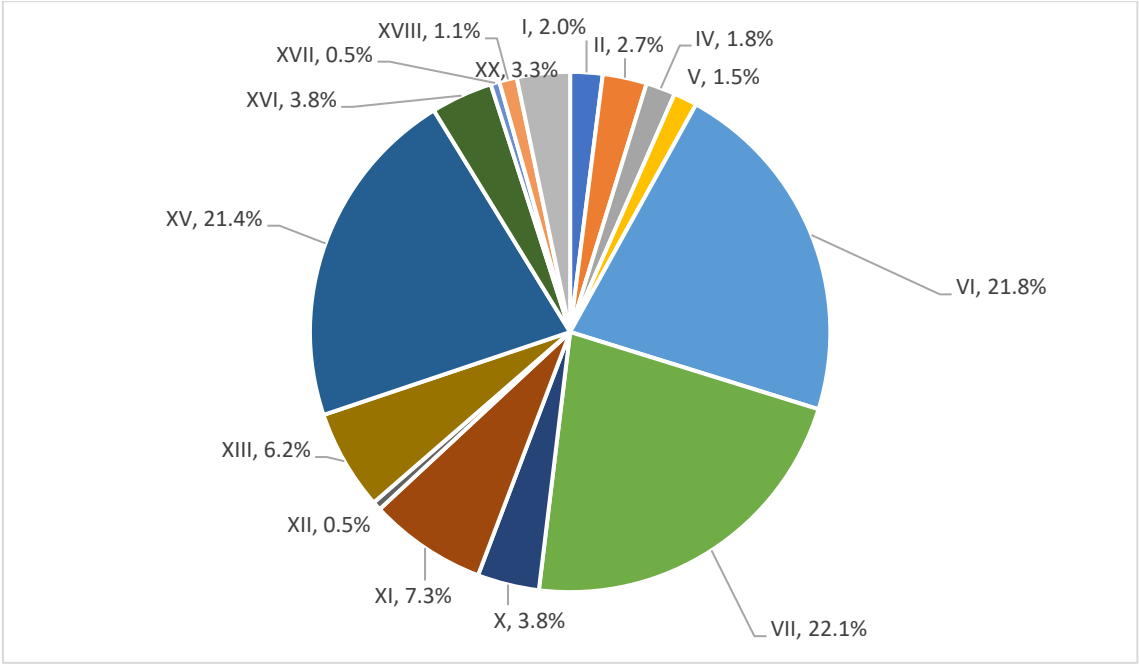


Tabela 9 - Compromissos de preços homologados em vigor em 31/12/2023

Nº	Produto	País	Situação em 31/12/2023
1	Ácido cítrico (dumping)	China	Compromisso de preço homologado pela Resolução CAMEX nº 528, de 17/10/2023 (publicada no D.O.U. de 18/10/2023)

Tabela 10 - Extensões de medidas antidumping resultado de revisões anticircunvenção em vigor em 31/12/2023

Nº	Produto	País	Situação em 31/12/2022
1	Laminados planos (chapas grossas) (com Boro)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
2	Laminados planos (chapas grossas) (com Boro)	Ucrânia - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
3	Laminados planos (chapas grossas) (pintadas)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 119 - DOU de 19/12/2014.
4	Laminados planos (chapas grossas) (com Cromo)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 82 - DOU de 31/08/2015.
5	Laminados planos (chapas grossas) (em bobinas)	China - Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 2 - DOU de 27/01/2016.
6	Laminaos planos (chapas grossas) (com titânio)	China – Inciso III	Direito antidumping aplicado pela Resolução Portaria SECINT nº 4.434 – DOU de 02/10/2019. Medida estendida por revisão anticircunvenção pela Resolução CAMEX nº 8 - DOU de 17/02/2017.

Tabela 11 - Verificações "in loco" na indústria nacional em 2023

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	Data
1	Tubos de aço carbono sem costura	VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S/A.	Belo Horizonte/MG	16 a 20/01/2023
2	Ácido cítrico	PRIMARY PRODUCTS INGREDIENTS BRASIL S.A (Primient)	Santa Rosa de Viterbo/SP	23/01 a 28/01/2023
3	Ácido cítrico	Cargill Alimentos S.A.	Uberlândia/MG	05/02 a 10/02/2023
4	Papel Cuchê	BO Paper	Arapoti/PR	15/05 a 19/05/2023
5	Filmes PET	Terphane Ltda.	Cabo de Santo Agostinho/PE	22/05 a 26/05/2023
6	Magnésio Metálico	Rima	Belo Horizonte/MG	12/06 a 16/06/2023
7	Chaves de latão	JAS	Barueri/SP	19/06 a 23/06/2023
8	Cabos de fibras ópticas	PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A.	Sorocaba/SP	26/06 a 30/06/2023
9	Cabos Ópticos	Furukawa	Curitiba/PR	03/07 a 07/07/2023
10	Vidros automotivos	Pilkington Brasil Ltda.	Caçapava/SP	03/08 a 04/08/2023
11	Corpos moedores	Magotteaux Brasil Ltda.	Contagem/MG	28/08 a 01/09/2023
12	Chaves de latão	Gold	Pouso Alegre/MG	04/09 a 06/09/2023
13	Luvas para procedimentos não cirúrgicos	Targa Medical S.A.	Paraíba do Sul/RJ	11/09 a 15/09/2023
14	Tubos aço inoxidável	Aperam Inox Tubos Brasil	Ribeirão Pires/SP	11/09 a 15/09/2023
15	Vidros automotivos	PSG Indústria e Comercio de Vidros Ltda.	Mato Leitão/RS	02/10 a 06/10/2023
16	Borracha nitrílica (NBR)	Nitriflex S.A.	Duque de Caxias/RJ	23/10 a 27/10/2023
17	Apoio ao Exportador.EUA. Brass Rods	Termomecanica S.A.	São Bernardo do Campo/SP	04/12 a 08/12/2023

Tabela 12 - Verificações "in loco" no exterior em 2023

Nº	Produto Investigado	Empresa Verificada	Local	País	Data
1	N-butanol	BASF Corporation	Houston, Texas	Estados Unidos	10/04 a 14/04/2023
2	Filmes PET	Flex Americas	Altamira	México	17/07 a 21/07/2023
3	Ácido cítrico	Shandong Ensign Industry Co., Ltd.	Weifang, Shandong	China	20/07 a 21/07/2023
4	Ácido cítrico	RZBC (Juxian) Co., Ltd. e RZBC Imp. & Exp. Co., Ltd.	Rizhao City, Shandong	China	24/07 a 25/07/2023
5	Filmes PET	Polyplex Europa	Ergene, Tekirdag	Turquia	07/08 a 11/08/2023
6	Filmes PET	JBF RAK LLC	Ras al-Khaimah	Emirados Árabes Unidos	11/09 a 15/09/2023
7	Chaves de latão	Grupo Klaus S.A.C.	Lima	Peru	16/10 a 20/10/2023
8	Chaves de latão	Silca South America	Tocancipá-Cundinamarca	Colômbia	23/10 a 27/10/2023
9	Tubos aço inoxidável	Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co. Ltd	Tien Giang	Vietnã	13/11 a 17/11/2023
10	Tubos aço inoxidável	Pantech Stainless & Alloy Industries	Johor Bahru	Malásia	20/11 a 24/11/2023
11	Chaves de latão	YIWU GOLDEN GREATWALL LOCK CO., LTD.; HAINING SHUANGLIAN HARDWARE PRODUCTS CO., LTD.; JINHUA GOLDEN LIU LOCK CO., LTD.; YIWU FAXING LOCK CO., LTD.; e JINHUA RIVER2SEA IMPORT & EXPORT CO., LTD.	Hangzhou e Yiwu	China	27/11 a 11/12/2023
12	Corpos moedores	AIA Engineering Limited ("AIA") e Vega Industries (Middle East) F.Z.C., U.A.E.	Ahmedabad	Índia	04/12 a 12/12/2023

Capítulo III – Apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial em outras jurisdições

O DECOM fornece apoio aos exportadores brasileiros potencialmente envolvidos em investigações de dumping, de subsídios e de salvaguardas realizadas por autoridades estrangeiras e também àqueles que já se encontram sujeitos a medidas de defesa comercial decorrentes dessas investigações.

Em linhas gerais, a participação do DECOM compreende:

- Notificações aos produtores/ exportadores brasileiros acerca das fases do processo e informações relevantes recebidas da autoridade investigadora estrangeira, bem como a prestação de esclarecimentos acerca das regras multilaterais aplicáveis à investigação;
- Análise das determinações alcançadas pelas autoridades estrangeiras, a qual envolve tanto a verificação do cumprimento dos procedimentos previstos nos Acordos pertinentes da OMC, como o mérito da decisão;
- Elaboração de minutas de manifestações do Governo Brasileiro enquanto parte interessada, nos casos cabíveis;
- No caso de investigações sobre subsídios: preparação das consultas e das respostas dos questionários enviados ao governo brasileiro, em conjunto com outros órgãos;
- No caso de salvaguardas: avaliação dos impactos da medida sobre as exportações brasileiras, preparação de pedidos de exclusão do Brasil ao amparo do Acordo de Salvaguardas da OMC, participação em consultas junto aos governos dos países aplicadores.

A fim de proporcionar a assistência necessária aos produtores/exportadores brasileiros, o Departamento, quando solicitado, participa de reuniões com os setores envolvidos, esclarecendo sobre a legislação e a prática das autoridades investigadoras estrangeiras. Mediante demanda, o DECOM também presta apoio às empresas envolvidas nas investigações durante as verificações *in loco* realizadas pelas autoridades estrangeiras nas instalações das empresas.

A situação atualizada e o detalhamento das medidas antidumping e compensatórias aplicadas contra as exportações brasileiras, bem como as investigações de autoridades estrangeiras em curso, podem ser verificadas no endereço eletrônico do Decom.

Tabela 13 - Casos em curso contra exportações brasileiras com atuação do DECOM em 2023

DUMPING	
Argentina	Fungicidas à base de hidróxido de cobre, oxiclouro de cobre ou óxido cuproso que não contenham bromuro de metilo ou bromocloreto metano, em forma ou engarrafados diferentes das aplicações usadas "domissanitarias" (original) (2021)
	Aparelhos de funções múltiplas (original) (2022)
	Soluções Parenterais (revisão) (2023)
	Placas e baldosas de grés fino tipo porcelanato (revisão) (2023)

	Facas, garfos e colheres de aço inoxidável com cabo de madeira ou plástico (revisão) (2023)
	Fechos e celer e correia com grampos de metal comum, de monofilamento de nylon ou poliéster e de plástico injetado (original) (2023)
Total Argentina = 6	
Austrália	Papel A4 (revisão) (2023)
Total Austrália = 1	
Estados Unidos da América	Laminados de aço-carbono e aço-liga (revisão) (2022)
	Borracha ESBR (revisão) (2022)
	Tubos ou conexões sem liga, de solda circular (2023)
	Barras de Bronze (original) 2023
Total Estados Unidos da América = 4	
Tailândia	Laminados planos a quente (revisão) (2022)
Total Tailândia = 1	
Turquia	Acessórios de Tubos de Ferro (revisão) (2023)
Total Turquia = 1	
União Europeia	Laminados a quente (Hot-Rolled Flat Products of Iron, Non-Alloy or Other Alloy Steel) (revisão de final de período) 2022
Total União Europeia = 1	
TOTAL DE INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 14	
NÃO HOUVE REGISTRO DE CASOS DE SUBSÍDIOS	
<u>SALVAGUARDAS DE INTERESSE</u>	
Reino Unido	Produtos de aço (revisão) (2023)
Total Reino Unido = 1	
Turquia	Fio máquina (original) (2023)
Total Turquia = 1	
TOTAL DE INVESTIGAÇÕES SALVAGUARDAS DE INTERESSE EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 2	
TOTAL GERAL DE INVESTIGAÇÕES EM CURSO CONTRA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 16	

Tabela 14 - Estoque de medidas de defesa comercial e outros procedimentos incidentes sobre exportações brasileiras em 31/12/2023

ANTIDUMPING	
África do Sul	Cortes de frango congelados
Total África do Sul = 1	
<u>Argentina</u>	Acessórios para tubos de ferro fundido maleável
	Artigos sanitários de cerâmica
	Soluções parenterais
	Facas, garfos e colheres de aço inoxidável com cabo de madeira ou plástico

	Isoladores de porcelana
	Multiprocessadores
	Óxido de zinco
	Placas e baldosas de grés fino tipo porcelanato
	Resina de poliéster
	Transformadores trifásicos
	Tubos de Alumínio
	Unidades compressoras para gases
	Fungicidas à base de hidróxido de cobre, oxiclouro de cobre ou óxido cuproso que não contenham bromuro de metilo ou bromocloreto metano, em forma ou engarrafados diferentes das aplicações usadas "domissanitárias"
	Aparelhos de funções múltiplas
Total Argentina = 14	
Canadá	Chapas grossas de aço carbono
	Hastes de bombeio/bombeamento
	Laminados a quente
	Tubos circulares de cobre com diâmetro externo de 0,2 a 4,25 polegadas
Total Canadá = 4	
China	Frangos (Broiler products or chicken products)
Total China = 1	
Estados Unidos da América	Acessórios para tubos de solda de extremidade, de aço/Conexões para tubos de solda de extremidade de ferro fundido
	Tubos ou conexões sem liga, de solda circular
	Borracha ESBR
	Certos cabos de aço para concreto armado
	Chapas de alumínio (
	Fio máquina carbono e de certas ligas de aço
	Folhas de alumínio
	Mel natural
	Papel não revestido (estendido para bobinas)
	Pecas fundidas para construção
	Suco de limão
	Barras de bronze (provisório)

Total Estados Unidos da América = 12	
Índia	Nitrocelulose
Total Índia = 1	
México	Papel bond cortado (estendido para bobinas)
	Vergalhões
Total México = 2	
Paquistão	Papel e cartão, não revestidos, dos tipos utilizados para escrita ou impressão
Total Paquistão = 1	
Reno Unido	Laminados a quente
Total Reino Unido : 1	
Tailândia	Laminados planos a quente
Total Tailândia = 1	
Taipé Chinês	Laminados a quente
Total Taipé Chinês = 1	
Turquia	Acessórios de tubos de ferro
Total Turquia = 1	
União Europeia	Chapas de aço revestidas de cromo eletrolítico
	Laminados a quente
Total União Europeia = 2	
ESTOQUE TOTAL DE MEDIDAS ANTIDUMPING EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 42	
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)	
Estados Unidos da América	Fio máquina carbono e de certas ligas de aço
	Peças fundidas para construção
Total Estados Unidos da América = 2	
ESTOQUE TOTAL DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 2	
SALVAGUARDAS DE INTERESSE	
Egito	Alumínio bruto
Total Egito = 1	
Indonésia	Tecidos
Total Indonésia = 1	
Reino Unido	Produtos de aço
Total Reino Unido = 1	

União Europeia	Produtos de aço
Total União Europeia = 1	
TOTAL DE SALVAGUARDAS DE INTERESSE EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 4	
OUTRAS MEDIDAS	
Estados Unidos da América	Aço (Seção 232)
	Alumínio e produtos de alumínio (Seção 232)
Total Estados Unidos da América = 2	
TOTAL OUTRAS MEDIDAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 2	
TOTAL GERAL DE MEDIDAS EM VIGOR EM FACE DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS = 50	

Capítulo IV – Outros projetos concluídos

Publicação de nova portaria para disciplinar as avaliações de interesse público

Em 2023 foi publicada a Portaria nº 282, de 16 de novembro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas antidumping e compensatórias. A portaria traz novos parâmetros para as chamadas “avaliações de interesse público” nos casos de medidas de defesa comercial adotadas pelo Brasil, tornando os processos mais ágeis, menos burocráticos e juridicamente mais seguros.

A Portaria é fruto de extensa pesquisa, de contribuições da sociedade civil e de discussões internas na Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), tendo sido objeto de consulta pública por meio da qual foram recebidas mais de 600 contribuições da sociedade. Todas as contribuições foram analisadas e consideradas na elaboração do texto final da Portaria.

Reconhecendo a importância da possibilidade de intervenção, em razão de interesse público, nas medidas de defesa comercial, busca-se garantir que essa ocorra de forma excepcional, como determina a legislação que rege a matéria. A nova Portaria objetiva ainda garantir o funcionamento de um sistema de avaliação de interesse público equilibrado, que retome a previsibilidade e a segurança jurídica do sistema brasileiro de defesa comercial.

A nova Portaria deverá também garantir melhor alocação dos recursos públicos no âmbito do sistema de defesa comercial brasileiro e promover a redução do ônus de participação em processos de defesa comercial e de interesse público, em atendimento ao princípio da eficiência que deve reger os processos no âmbito da Administração Pública. Busca-se, nesse contexto, desburocratizar e simplificar a análise efetuada no âmbito da avaliação de interesse público.

Principais pontos da portaria:

Avaliações a posteriori – A partir de agora, a avaliação de interesse público será realizada após a imposição da medida de defesa comercial, mediante solicitação formal das partes interessadas ou por interesse do governo brasileiro. O prazo para o protocolo da petição é de 45 dias após aplicação, prorrogação ou alteração da medida de defesa comercial. O regulamento anterior permitia que a investigação antidumping e a análise de interesse público fossem feitas de forma concomitante, elevando ônus para os usuários do sistema e aumentando a burocracia do processo. A nova regra concentra os esforços das partes interessadas em cada um dos procedimentos (defesa comercial e interesse público) a seu turno, com a devida transparência, contraditório e ampla defesa

Prazos mais céleres – A avaliação de interesse público passa a ter prazos mais céleres para fase probatória e para análise da autoridade responsável. Busca-se, assim, garantir o contraditório e ampla defesa das partes, sem que o procedimento seja demasiadamente estendido e sem que se perca a objetividade da análise. Em média, a redução deve ser de 12 para 4 meses.

Procedimento expedito em caso de interrupção do fornecimento do produto por fabricante nacional – A nova Portaria prevê “procedimento expedito”, mais simplificado, para confirmação das informações relativas à eventual interrupção, total ou parcial, da fabricação e do fornecimento por produtora nacional do produto doméstico similar ao produto sujeito à medida antidumping ou compensatória. Essa avaliação poderá ocorrer a qualquer momento durante a imposição das medidas de defesa comercial.

Limitação no rol de partes que podem solicitar ou participar da avaliação de interesse público – Poderão requerer o início de avaliações de interesse público apenas as partes **nacionais** que foram consideradas como interessadas no último procedimento de defesa comercial; os setores industriais nacionais usuários do produto sujeito à medida de defesa comercial ou fornecedores de matérias-primas e insumos para a sua fabricação; e os usuários nacionais cujos interesses sejam adversamente afetados pela medida. Anteriormente, partes estrangeiras poderiam opinar sobre interesse público brasileiro.

Juízo de admissibilidade da petição – Após o período para apresentação dos requerimentos de análise, haverá juízo de sua admissibilidade, que só será positivo caso reste comprovada a robustez e concretude dos dados apresentados. Assim, será exigido da empresa ou entidade que solicita a intervenção a apresentação de elementos probatórios que indiquem a necessidade de adoção das medidas excepcionais de interesse público.

Capítulo V – Participações em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais

O DECOM, como órgão responsável pela operacionalização dos instrumentos de defesa comercial no Brasil, a participação do DECOM é essencial nas negociações internacionais relativas ao tema, e sua participação não se restringe à elaboração de propostas e à análise dos posicionamentos e considerações apresentados por outros países, englobando a participação direta nas reuniões internacionais e contribuindo, assim, para a defesa dos interesses brasileiros na área.

No ano de 2023 o DECOM participou dos seguintes eventos:

- IBRAC 30 Anos - Nova estrutura do MDIC e perspectivas para a área de Comércio Exterior, realizada em 13 de março de 2023;
- OMC - COMITÊ DE ANTIDUMPING DE GENEVRA, realizada entre 02 a 06 de maio de 2023;
- ABIQUIM / SÃO PAULO, realizada em 26 de julho de 2023;
- IBRAC - 23º Seminário de Comércio Internacional, realizada em 24 de agosto de 2023;
- OMC - COMMITTEES ON ANTI-DUMPING PRACTICES, ON SAFEGUARDS, AND ON SUBSIDIES AND COUNTERVAILING MEASURE e BILATERAL COM MÉXICO. GENEVRA, realizada entre 23 a 28 de outubro de 2023;
- EUROPEAN TDI CONFERENCE 2023. BRUXELAS, realizada entre 07 a 10 de novembro de 2023.